

LITERACIA DIGITAL COMO ESTRATÉGIA PARA A PREVENÇÃO E O TRATAMENTO DA VIOLÊNCIA SEXUAL NAS COMUNIDADES ACADÉMICAS DA INDONÉSIA

Mite Setiansah

Communication Department, Faculty of Social and Political Science,
Universitas Jenderal Soedirman, Purwokerto, Indonésia
Concetalização, curadoria dos dados, investigação, metodologia, recursos,
redação do rascunho original, redação – revisão e edição

Nuryanti

Communication Department, Faculty of Social and Political Science,
Universitas Jenderal Soedirman, Purwokerto, Indonésia
Curadoria dos dados, investigação, administração do projeto, redação do rascunho original, redação – revisão e edição

Edi Santoso

Communication Department, Faculty of Social and Political Science,
Universitas Jenderal Soedirman, Purwokerto, Indonésia
Curadoria dos dados, investigação, validação

Tri Wuryaningsih

Sociology Department, Faculty of Social and Political Science, Universitas Jenderal Soedirman, Purwokerto, Indonésia
Curadoria dos dados, validação

RESUMO

A violência sexual nas universidades é um fenômeno icebergue. O Ministério da Investigação, Tecnologia e Ensino Superior da Indonésia reconheceu a violência sexual como um dos problemas mais graves que o ensino superior enfrenta, tendo promulgado um regulamento para abordar a prevenção e o tratamento da violência sexual (PTVS) nas universidades. Embora existam inúmeros estudos sobre a implementação da regulamentação, bem como sobre a controvérsia e o tratamento dos casos de violência sexual nas universidades, são escassos os estudos que associam a prevenção e o tratamento desses casos aos níveis de literacia digital dos membros da comunidade acadêmica. Por outro lado, os programas de socialização e prevenção da violência sexual são majoritariamente realizados através de plataformas digitais. Este estudo aplicou métodos qualitativos para avaliar os níveis de literacia digital dos membros das comunidades acadêmicas relativamente à PTVS. Os dados iniciais foram recolhidos por meio de questionários, discussões de grupos focais e entrevistas com informantes. Os resultados indicam que a PTVS não pode ser eficazmente alcançada com a mera disseminação de informações sobre a violência sexual nos média digitais. Estes esforços devem ser complementados por iniciativas direcionadas para a melhoria da literacia digital nas comunidades acadêmicas. Este trabalho oferece contributos importantes sobre a interseção entre a literacia digital e a prevenção da violência sexual, particularmente em contextos académicos. Do ponto de vista metodológico, o estudo demonstra a adequação das abordagens qualitativas para explorar e descrever de forma abrangente este fenómeno. Além disso, o estudo contribui para o discurso académico sobre o papel das redes sociais e dos média digitais na formação de percepções sobre a violência sexual e na sensibilização para a sua prevenção.

PALAVRAS-CHAVE

literacia digital, prevenção e tratamento da violência sexual, comunidade académica do ensino superior

DIGITAL LITERACY AS A STRATEGY FOR PREVENTING AND HANDLING SEXUAL VIOLENCE IN THE INDONESIAN ACADEMIC COMMUNITIES

ABSTRACT

Sexual violence in universities represents an iceberg phenomenon. The Indonesian Ministry of Research, Technology, and Higher Education has identified sexual violence as one of the most serious issues facing higher education. In response, the ministry enacted a regulation to address the prevention and handling of sexual violence (PHSV) within universities. While there is extensive research on the implementation of this regulation, as well as on the controversies surrounding it and the handling of sexual violence cases in universities, limited studies have explored the association between the prevention and management of such cases and the digital literacy levels among university community members. On the other hand, socialization and prevention programs related to sexual violence are mostly conducted through digital media platforms. This study employed qualitative research methods to assess the digital literacy levels of university community members in relation to PHSV. Initial data was collected through questionnaires, focus group discussions, and documentation of informants. The findings highlight that preventing and addressing sexual violence cannot be effectively achieved solely by disseminating PHSV information via digital media. These efforts must be supported by initiatives to enhance digital literacy across university communities. This research provides valuable insights into the intersection of digital literacy and gender-based violence prevention, particularly in academic settings. Methodologically, the study demonstrates the adequacy of the qualitative approaches in comprehensively exploring and describing this phenomenon. Moreover, the study contributes to the broader academic discourse by illustrating how social and digital media shape perceptions of sexual violence and play a critical role in raising awareness.

KEYWORDS

digital literacy, prevention and handling of sexual violence, higher education academic community

1. INTRODUÇÃO

A violência sexual é um problema generalizado que afeta diversos setores em todo o mundo, incluindo o setor da educação. Estudos realizados em vários países destacam a preocupante prevalência de casos de violência sexual, particularmente nas universidades. No Canadá, um inquérito nacional conduzido pela Federação Canadense de Estudantes (Canadian Federation of Students, 2015) revelou que uma em cada cinco estudantes do sexo feminino relatou ter sofrido violência sexual no campus. Na Noruega, 18% das estudantes do sexo feminino e 9% dos estudantes do sexo masculino foram vítimas de assédio sexual ou de contacto físico indesejado durante o período universitário (Sivertsen et al., 2019). Nos Estados Unidos, 26,4% das estudantes do sexo feminino e 6,8% dos estudantes do sexo masculino (Association of American Universities, 2019) relataram experiências semelhantes (Cantalupo & Kidder, 2018).

Vários estudos sobre violência sexual em diferentes países destacam as formas mais frequentemente relatadas, que incluem expressões sexuais, comentários sobre o corpo, toques, abraços e/ou beijos indesejados, tentativas de violação e violação. Os incidentes perpetrados por estudantes são reportados com maior frequência do que

aqueles cometidos por membros do pessoal docente e não docente (Sivertsen et al., 2019). Os estudos destacam ainda as diversas consequências da violência sexual, que incluem um risco acrescido de problemas de saúde mental e sintomas somáticos. Em termos gerais, estudantes que experienciam violência sexual apresentam um desempenho académico inferior e estão mais propensos a envolver-se em comportamentos de risco, como o consumo de drogas, o consumo excessivo de álcool e comportamentos sexuais de risco (Sivertsen et al., 2019).

O Ministro da Educação e Cultura da Indonésia, Nadiem Makarim, identificou a violência sexual como um dos três principais problemas do ensino superior, a par do *bullying* e da intolerância. Para responder a este problema, foi introduzido o *Permendikbudristek* (regulamento) do Ministro da Educação, Cultura, Investigação e Tecnologia n.º 30 de 2021, que aborda a prevenção e o tratamento da violência sexual (*PTVS; pencegahan dan penanganan kekerasan seksual*) nas instituições de ensino superior. De acordo com os dados disponíveis, as instituições de ensino superior representam a maior proporção de casos de violência sexual reportados, com 27%, seguidas pelos internatos islâmicos ou outras instituições de ensino de orientação islâmica, que registam 19%. O ambiente educativo ocupa o terceiro lugar em termos de local de ocorrência destes incidentes, com 15% dos casos a ocorrerem em escolas secundárias ou profissionais, 7% em escolas do ensino básico e 3% em jardins de infância, escolas primárias e escolas de ensino especial (Komnas Perempuan, 2020).

O número de casos reportados diretamente à Comissão Nacional Sobre a Violência Contra as Mulheres não reflete com precisão a incidência real da violência sexual na sociedade. Considerando que a violência sexual contra as mulheres é frequentemente ocultada, os casos de violência sexual em contextos educativos também tendem a não ser denunciados, principalmente para proteger a reputação da instituição (Fitri et al., 2021). As dinâmicas de poder desiguais também contribuem para que as vítimas sintam receio de denunciar. Mesmo quando as vítimas denunciam o crime, muitas vezes não recebem o apoio esperado da instituição. Normalmente, o facto de a universidade priorizar a sua imagem prejudica a posição das vítimas. Um inquérito realizado pela Direção-Geral do Ensino Superior, Investigação e Tecnologia em 2020 revelou que 77% dos docentes reconheceram a ocorrência de violência sexual no campus, mas 63% afirmaram não ter denunciado os casos conhecidos à instituição (Inspektorat Jenderal Kementerian Pendidikan Kebudayaan Riset dan Teknologi, 2021). Estes resultados confirmam os de estudos anteriores, como o inquérito realizado por Aguilar e Baek (2020), que inquiriu cerca de 400 pessoas nos Estados Unidos. Os resultados desta investigação indicavam que, “no entanto, apesar da omnipresença do assédio sexual em contextos académicos, os dados mostram que as taxas de denúncia no meio académico são geralmente baixas, potencialmente devido ao receio de retaliação — especialmente quando o autor do crime é um cientista proeminente” (p. 2). Estes resultados voltam a reforçar o fenómeno icebergue da violência sexual nas universidades.

O medo, a vergonha e a falta de mecanismos adequados de denúncia, tratamento e apoio às vítimas são algumas das razões que explicam a baixa taxa de denúncia

de casos de violência sexual em ambiente educativo (Komnas Perempuan, 2020). Para além destes fatores, o nível de literacia do público relativamente à PTVS continua a ser limitado. O baixo nível de literacia sobre violência sexual contra as mulheres é evidente em várias situações que, embora constituam formas de assédio e violência sexual, são muitas vezes vistas como normais. Da mesma forma, a consciência de que tanto os agressores quanto as vítimas de violência sexual podem ser qualquer pessoa e de que tais incidentes podem ocorrer em qualquer lugar — incluindo em ambientes educativos — permanece limitada. Mesmo após a promulgação do *Permendikbudristek* n.º 30 de 2021, houve quem continuasse a considerar o regulamento desnecessário (Anbarini et al., 2023). Esta situação destaca a importância de reforçar a literacia da comunidade académica relativamente à PTVS nas universidades. Dado que a informação sobre a PTVS é principalmente divulgada por meios digitais, melhorar a literacia digital torna-se um pré-requisito essencial para aumentar a literacia em PTVS.

A tecnologia digital desempenha um papel fundamental como meio de comunicação na implementação eficaz do regulamento ministerial que visa a PTVS nas universidades. Após a promulgação do regulamento, o Ministério da Investigação, Tecnologia e Ensino Superior realizou diversas comunicações, tanto presenciais quanto virtuais (via reuniões Zoom e canais no YouTube), às quais todo o pessoal docente e não docente deve assistir. Cada universidade também tem a responsabilidade de criar um grupo de trabalho dedicado à PTVS e de promover comunicações presenciais e virtuais através dos seus próprios canais de comunicação digital. A pesquisa conduzida por Yuniar et al. (2022), intitulada “Literacy of Sexual Harassment and Abuse Toward Adolescent Protection Behavior” (Literacia Sobre Assédio e Abuso Sexual Para um Comportamento de Proteção do Adolescente), conclui que o nível de literacia dos membros da comunidade académica relativamente à violência sexual é crucial. Quanto mais elevado for o nível de literacia, maior será a capacidade dos estudantes de se protegerem da violência sexual. Na atual era digital, a disseminação de informações sobre a PTVS é predominantemente realizada por meios digitais. Assim, no contexto da globalização, a literacia da informação está cada vez mais integrada na literacia digital (Kutner & Armstrong, 2012).

A “literacia digital” é definida como o conjunto de competências necessárias para aceder, pesquisar, gerir e editar informação digital, bem como para participar em redes de comunicação online (Setiansah et al., 2021). A proficiência em literacia digital tornou-se crucial devido à omnipresença da tecnologia digital na vida quotidiana, especialmente na comunidade académica, que inclui estudantes, pessoal docente e não docente. É possível verificar a forte relação entre os níveis de literacia digital e a violência sexual num estudo intitulado “Online Violence Against Women: Reports From the COVID-19 Pandemic Experience” (Violência Online Contra as Mulheres: Relatos a Partir da Experiência da Pandemia da COVID-19; Simões et al., 2022). A pandemia da COVID-19 obrigou abruptamente os indivíduos a transferir a maioria das suas atividades do offline para o online, o que resultou num aumento imprevisto dos casos de violência de género online contra as mulheres. Esta situação pode ser atribuída à limitada literacia digital da comunidade, uma vez que a transição das atividades offline para as atividades

online ocorreu subitamente e a um ritmo acelerado. O que sublinha a necessidade de uma literacia digital que não só transmita competências técnicas, mas também reforce a consciência ética e a segurança digital. Na era da globalização, a literacia digital é fundamental para aceder à informação, aumentar a sensibilização e contribuir para campanhas e colaborações relacionadas com a PTVS. Por exemplo, em muitos países, as universidades utilizam plataformas de redes sociais para divulgar informações sobre políticas anti-violência e promover comunidades online que apoiam as vítimas. Na África do Sul, a tecnologia digital tem sido utilizada para apoiar a denúncia de casos, com as redes sociais a desempenharem também um papel na educação sobre a violência sexual (Olaitan, 2024). Nos Estados Unidos, as redes sociais provaram ser uma ferramenta eficaz para os movimentos sociais que visam combater a violência de género (Battisti et al., 2024).

Dado o elevado número de casos de violência sexual nas universidades e o uso generalizado dos meios digitais, é crucial destacar a importância da literacia em matéria de PTVS para mitigar esses casos. Com esse propósito, este estudo foi realizado para analisar os níveis de literacia digital dos membros da comunidade académica, especificamente em relação à prevenção e ao tratamento da violência sexual nas universidades. Embora tenham sido realizados diversos estudos abrangentes sobre violência sexual em contexto universitário (Daigle et al., 2008; Faturani, 2022; Grummert & Rall, 2021; Sivertsen et al., 2019; Swedish Council for Higher Education, 2020; Young & Wiley, 2021; Zarkasi et al., 2023), a investigação que analisa especificamente a competência dos membros da comunidade académica em aceder, compreender, avaliar e produzir informações digitais sobre a PTVS é ainda limitada. Apesar de terem sido realizados vários estudos sobre literacia mediática e literacia digital, com recomendações sobre a aplicação da literacia mediática em diversas disciplinas, a investigação que explora o seu uso para prevenir a violência permanece escassa (Moorhouse & Brooks, 2020). Uma compreensão abrangente dos níveis de literacia digital dos membros da comunidade académica em relação à PTVS contribuirá significativamente para o desenvolvimento de estratégias ou modelos de comunicação eficazes para prevenir e gerir a violência sexual nas universidades.

2. LITERACIA DIGITAL

A literacia digital é uma extensão do conceito de literacia mediática, amplamente aplicados na sociedade. O constante avanço dos média digitais tem contribuído para a ausência de uma definição universalmente aceite de literacia digital (Tinmaz et al., 2022). Contudo, é geralmente entendida como o conjunto de competências necessárias para aceder, pesquisar, gerir e editar informação digital, bem como para participar em redes de comunicação online (Setiansah et al., 2021). Esta definição é semelhante à perspectiva de Heitin (Tinmaz et al., 2022), que divide a literacia digital em três elementos: (a) localizar e consumir conteúdo digital, (b) produzir conteúdo digital e (c) comunicar ou partilhar conteúdo digital.

Hobbs (2010, como citado em Erika, 2019) classifica as competências digitais em várias áreas-chave. Primeiramente, as competências de acesso devem permitir que os

indivíduos utilizem plataformas de mídia digitais para obter informações úteis eficazmente. Em segundo lugar, as competências de compreensão crítica envolvem a avaliação das mensagens com base na sua veracidade, credibilidade e na perspectiva do criador da mensagem, além de compreender os potenciais efeitos e consequências dessas mensagens. Em terceiro lugar, as competências de produção de conteúdo referem-se à capacidade de criar conteúdos com criatividade, utilizando técnicas adequadas às plataformas digitais. Em quarto lugar, as competências de reflexão salientam a importância de produzir e partilhar conteúdos de acordo com padrões éticos, normas culturais e responsabilidade social. Finalmente, as competências de colaboração permitem que os indivíduos se envolvam ativamente com as suas famílias, comunidades e sociedade, promovendo a bondade, partilhando conhecimentos e resolvendo diversos problemas.

A literacia digital é distinta da literacia da informação, mas a aquisição desta última torna-se mais acessível através da literacia digital (Cordell, 2013). Ao desenvolver competências em literacia digital, os indivíduos conseguem aceder de forma mais eficaz à informação e satisfazer as suas necessidades informativas, incluindo as que dizem respeito à PTVS.

Na Indonésia, o Ministério da Comunicação e Informação elaborou um plano para o desenvolvimento da literacia digital, assente em quatro pilares essenciais. O primeiro pilar, as competências digitais, refere-se à capacidade de um indivíduo conhecer, compreender e utilizar hardware, software e sistemas operativos digitais das tecnologias da informação e da comunicação no dia a dia. O segundo pilar, a ética digital, é definido como a capacidade de reconhecer, modelar, ajustar, racionalizar, considerar e desenvolver práticas de governação ética digital (*netiqueta*) nas interações quotidianas. O terceiro pilar, a segurança digital, refere-se à capacidade de identificar, reconhecer, aplicar, analisar, avaliar e promover a sensibilização para a proteção de dados pessoais e a segurança digital na vida quotidiana. O quarto pilar, a cultura digital, envolve a capacidade de os indivíduos interpretarem, compreenderem, participarem, examinarem e promoverem os valores nacionais e os princípios de *Pancasila* e *Bhinneka Tunggal Ika* (unidade na diversidade) na vida quotidiana, bem como a digitalização da cultura através da utilização das tecnologias da informação e da comunicação (Katadata Insight Center & KOMINFO, 2021).

A proficiência em literacia digital entre os membros da comunidade universitária é essencial para a prevenção da violência sexual. Docentes, estudantes e pessoal não docente devem não só ser competentes na utilização da tecnologia para aceder e criar conteúdos relacionados com a violência sexual, mas também desenvolver aptidões sociais e críticas para interagir de forma eficaz com os média digitais. Assim, a educação para a literacia digital deve ultrapassar a simples aquisição de competências em tecnologias de informação e comunicação, abrangendo a compreensão de quando e como aplicar essas competências digitais (Suwana & Lily, 2017).

3. VIOLÊNCIA SEXUAL NO ENSINO SUPERIOR E A PROMULGAÇÃO DO *PERMENDIKBUDRISTEK* N.º 30 DE 2021

A Organização Mundial de Saúde (World Health Organization, 2024b) define a violência sexual como

qualquer ato sexual, tentativa de consumir um ato sexual ou outro ato dirigido contra a sexualidade de uma pessoa por meio de coação, por outra pessoa, independentemente da sua relação com a vítima e em qualquer âmbito. Compreende violação, definida como a penetração mediante coação física ou de outra índole, da vulva ou ânus com um pénis, outra parte do corpo ou objeto, bem como a tentativa de violação, o toque sexual não desejado e outros atos sem contacto. (para. 9)

A violência sexual tem causado um impacto profundo na vida de milhões de pessoas globalmente (World Health Organization, 2024a). Este fenómeno tornou-se um problema global, afetando não apenas as mulheres, mas também homens, jovens, idosos e até crianças, em ambientes familiares, comunitários e educativos.

Na Indonésia, a elevada incidência de violência sexual nas universidades pode ser atribuída à lacuna jurídica relativamente à violência sexual no contexto académico (Faturani, 2022). Antes da promulgação do *Permendikbudristek* n.º 30 de 2021, o país não dispunha de legislação específica que abordasse a violência sexual nos campi universitários. A Lei de Proteção da Criança limitava-se a proteger vítimas de violência sexual com menos de 18 anos, enquanto a Lei de Prevenção da Violência Doméstica só abrangia casos de violência no âmbito doméstico. A Lei do Tráfico de Pessoas, por sua vez, protegia as vítimas de violência sexual apenas em situações ligadas a redes de tráfico (Komisi Nasional Anti Kekerasan Terhadap Perempuan, 2021). Consequentemente, as vítimas de violência sexual não abrangidas por essas legislações são tratadas com base nas disposições do Código Penal, embora este apresente diversas limitações (Komisi Nasional Anti Kekerasan Terhadap Perempuan, 2021). Dentre essas limitações, destaca-se a falta de reconhecimento da violência de género online e a definição restrita, que se limita a casos de obscenidade e violação. A promulgação do *Permendikbudristek* n.º 30 de 2021 representa um passo importante na redefinição da abordagem à prevenção e ao tratamento da violência sexual nas universidades indonésias.

O Artigo 1.º, Parágrafo 1, do *Permendikbudristek* n.º 30 de 2021, relativo à PTVS nas instituições de ensino superior, define que

a violência sexual é qualquer ato de degradação, insulto, assédio e/ou ataque ao corpo e/ou à função reprodutiva de uma pessoa, causado por desequilíbrios nas relações de poder e/ou de género, que resulta ou pode resultar em sofrimento psicológico e/ou físico, incluindo danos à saúde reprodutiva e à perda da capacidade de a pessoa prosseguir o seu percurso no ensino superior de forma segura e plena. (Faturani, 2022, p. 482)

Além disso, o Artigo 5.º descreve as várias formas de violência, incluindo ações verbais, não físicas e físicas, bem como atos realizados através das tecnologias da

informação e da comunicação. Essas formas de violência incluem: (a) fazer comentários discriminatórios ou assediar a vítima com base na sua aparência física, condição corporal e/ou identidade de gênero; (b) expor deliberadamente os seus genitais à vítima sem o seu consentimento; (c) fazer avanços sexuais, piadas e/ou assobios dirigidos à vítima; (d) olhar fixamente para a vítima de forma sexualmente sugestiva, causando-lhe desconforto; (e) enviar mensagens, piadas, imagens, fotografias, áudio e/ou vídeos sexualmente sugestivos sem o consentimento da vítima, mesmo após esta expressar a sua desaprovação; (f) tirar, registrar e/ou partilhar fotografias sexualmente sugestivas e/ou gravações áudio e/ou visuais da vítima sem o seu consentimento; (g) carregar fotografias sexualmente sugestivas do corpo da vítima e/ou os seus dados pessoais sem o seu consentimento; (h) divulgar informações relacionadas com o corpo e/ou a personalidade da vítima com conotações sexuais, sem o seu consentimento; (i) espreitar ou observar intencionalmente a vítima durante atividades privadas e/ou em espaços privados; (j) persuadir, prometer, propor ou ameaçar a vítima para que se envolva em transações ou atividades sexuais contra a sua vontade; (k) aplicar castigos ou sanções com conotações sexuais; (l) tocar, acariciar, segurar, abraçar, beijar e/ou esfregar qualquer parte do corpo do agressor contra o corpo da vítima sem o seu consentimento; (m) despir a vítima sem o seu consentimento; (n) forçar a vítima a envolver-se em atividades sexuais; (o) perpetuar uma cultura entre estudantes, pessoal docente e não docente que inclua conotações sexuais; (p) tentar violar sem penetração; (q) cometer violação com penetração utilizando objetos ou partes do corpo que não os órgãos genitais; (r) coagir ou enganar a vítima para abortar; (s) coagir ou enganar a vítima para engravidar; (t) permitir que a violência sexual ocorra intencionalmente; e/ou (u) cometer outras formas de violência sexual.

Com base na descrição das formas de violência acima, o *Permendikbudristek* n.º 30 de 2021 apresenta um âmbito consideravelmente alargado, abrangendo também formas de violência sexual perpetradas através da tecnologia digital, anteriormente não reconhecidas no Código Penal e noutras legislações pré-existentes. A disseminação digital de informações e a garantia de que todos os membros da comunidade académica desenvolvam competências digitais adequadas são cruciais para a prevenção e proteção contra todas as formas de violência sexual. Através da literacia digital, espera-se que os membros da comunidade possam: (a) aceder a fontes de informação digital sobre a violência sexual e a sua prevenção, (b) compreender conteúdos e informações relacionados com a violência sexual nos média digitais, (c) criar conteúdos digitais para participar em campanhas de prevenção da violência sexual, incluindo a criação de relatórios utilizando plataformas digitais, (d) refletir sobre os conteúdos digitais a que acedem e produzem, e (e) colaborar em iniciativas conjuntas de literacia digital no âmbito da PTVS.

A Indonésia não é o único país a adotar políticas relacionadas com a PTVS. Nos Estados Unidos, a lei federal de direitos civis, Título IX, exige que as universidades implementem procedimentos para reportar e tratar seriamente os incidentes de violência sexual (U.S. Department of Education, 2020). Do mesmo modo, o Reino Unido publicou orientações específicas para prevenir e abordar a violência baseada no gênero no

ensino superior (Universities UK, 2016), enquanto a Austrália conduz uma campanha nacional destinada a sensibilizar e responder à violência sexual nos campi universitários (Universities Australia, 2016).

4. METODOLOGIA

Este estudo qualitativo foi realizado com o intuito de obter uma compreensão aprofundada do fenómeno da literacia digital entre os membros da comunidade académica, no contexto da PTVS nas instituições de ensino superior. Os resultados serão apresentados através de representações e perspetivas resultantes da análise dos dados. Estes resultados poderão proporcionar novas abordagens às questões sociais em estudo (Saldana, 2011).

Os informantes deste estudo incluíram docentes, estudantes e pessoal não docente de diversas faculdades da universidade. Os investigadores utilizaram um método de amostragem não probabilístico, especificamente a amostragem acidental, para selecionar os informantes. A amostragem acidental ou de conveniência é uma técnica que permite selecionar os participantes sem critérios específicos, visando manter o ambiente natural do estudo. Este método foi escolhido com base na suposição de que todos os membros da comunidade académica possuem literacia digital adequada em relação à PTVS. No entanto, caso algum dos participantes selecionados apresente níveis baixos de literacia digital, esse facto será integrado nos resultados do estudo.

Para identificar os participantes necessários, os investigadores começaram por distribuir formulários do Google a todas as faculdades. Os formulários incluíam perguntas iniciais sobre a literacia digital dos participantes, relacionada com a PTVS, e a sua disponibilidade para participar nas discussões de grupos focais (DGF). Um total de 50 docentes preencheram os formulários, e 12 deles participaram nas DGF. Entre o pessoal não docente, 19 preencheram os formulários e oito participaram nas DGF. Por último, 26 estudantes preencheram os formulários do Google e 17 participaram nas DGF.

As DGF foram conduzidas com a divisão dos participantes em três grupos: docentes, pessoal não docente e estudantes. Cada grupo participou numa discussão orientada, conduzida por um facilitador (um docente) e assistida por um estudante, que redigiu a ata. A recolha de dados incidiu sobre a literacia digital dos informantes, especificamente na sua capacidade de aceder, compreender, avaliar e produzir informações relacionadas com a violência sexual, assim como na sua prevenção e tratamento no campus. A técnica de análise de dados utilizada neste estudo foi a análise descritiva. De acordo com Arikunto (1993), a análise descritiva de dados envolve a categorização dos dados em dois grupos: qualitativos, sob a forma de palavras ou frases, e quantitativos, sob a forma de números. Neste estudo, todos os dados recolhidos foram qualitativos. A análise foi realizada através da organização dos dados em categorias específicas, com base nas questões de investigação. O processo de análise foi interativo, envolvendo a criação de notas de campo, documentação e transcrições durante a recolha de dados. Seguiu-se a

categorização, a simplificação dos dados, a apresentação dos resultados e a elaboração das conclusões (Miles et al., 2014). Para aumentar a fiabilidade dos dados, foram aplicadas técnicas de triangulação, especificamente a triangulação de métodos e fontes. Isto envolveu a comparação e corroboração dos dados obtidos de diferentes informantes, incluindo docentes, pessoal não docente e estudantes, assim como a verificação cruzada dos dados recolhidos através de questionários (formulários), DGF e entrevistas.

5. RESULTADOS

Os dados sobre o nível de literacia digital dos informantes foram analisados com base na integração de cinco indicadores de literacia digital propostos por Hobbs e Jensen (2009): a capacidade de acesso, compreensão, produção, reflexão e colaboração, e os quatro pilares da literacia digital delineados pelo Ministério da Comunicação e Informação da Indonésia: competências digitais, ética digital, segurança digital e cultura digital. A análise dos dados permitiu as seguintes conclusões.

5.1. COMPETÊNCIAS DIGITAIS: A CAPACIDADE DE ACEDER E PRODUIR

As redes sociais são a principal fonte de informação entre os informantes, uma vez que estão profundamente integradas nas suas rotinas diárias. Os informantes utilizam frequentemente plataformas como Instagram, Tik Tok, X e YouTube. As ocupações e idades dos informantes influenciam as diferenças no acesso às fontes de informação. Entre os docentes, um informante mencionou o uso do sistema de gestão de aprendizagem da universidade para aceder a informações sobre a PTVS. No entanto, esta plataforma não foi amplamente utilizada pelo pessoal não docente ou estudantes, que recorreram a fontes alternativas. O pessoal não docente relatou que, para além das redes sociais, também obtém informações sobre a PTVS através de sessões de formação obrigatórias promovidas pelo ministério para todos os funcionários públicos. Embora essas sessões de formação tenham sido consideradas essenciais, foram vistas como um complemento à informação mais imediata e informal disponível nas redes sociais.

Uma outra diferença relevante está associada à faixa etária. Os docentes tendem a preferir aplicações de mensagens, como o WhatsApp, em detrimento de outras plataformas de redes sociais. Obtêm informações sobre a PTVS não só nas redes sociais, mas também através do seu círculo social, incluindo familiares ou até pessoas diretamente envolvidas em casos de violência sexual. Um exemplo disso foi dado por um dos docentes da Faculdade de Ciências da Saúde:

a minha mãe era técnica de apoio a vítimas de violência sexual, pelo que me familiarizei com o tema ainda na infância. Lia livros sobre psicologia anormal e acompanhava notícias sobre casos que se tornavam virais devido aos algoritmos das redes sociais. Essa familiaridade com o tema despertou a minha curiosidade por casos semelhantes. (DGF, 17 de agosto de 2023)

Por outro lado, os informantes mais jovens, especialmente os estudantes, demonstraram uma abordagem mais dinâmica no acesso e na interação com a informação digital. A sua fluência digital permitiu-lhes navegar com facilidade por várias plataformas, integrando frequentemente essa competência nas suas atividades académicas e organizacionais. Da mesma forma, as variações na proficiência no acesso à informação digital sobre a PTVS foram acompanhadas por diferenças na capacidade de produzir conteúdos entre docentes, pessoal não docente e estudantes. Os participantes nas DGF reconheceram, de modo geral, que raramente criam conteúdos nas redes sociais ou nos média digitais relacionados com questões de PTVS. Observou-se uma hesitação notória, particularmente entre os docentes e o pessoal não docente, em produzir conteúdos sobre estes tópicos. Um membro do pessoal não docente explicou que, embora agora seja relativamente fácil tornar um assunto viral nas redes sociais, a restritiva Lei da Informação e das Transações Eletrónicas coloca entraves significativos. Comentou que “dizem que sem viralidade não há justiça, mas também temos de ser cautelosos, pois a Lei da Informação e das Transações Eletrónicas pode penalizar-nos”.

Entretanto, os alunos apresentaram um fenómeno distinto. Sendo nativos digitais, demonstram maior competência na criação de conteúdos. Os conteúdos produzidos pelos alunos podem ser classificados em dois tipos: conteúdos destinados a promover a sensibilização, através da partilha de conteúdos relevantes ou da expressão de opiniões em discussões online, e conteúdos criados como uma forma de libertação emocional, frequentemente motivada por experiências pessoais de violência sexual ou por incidentes envolvendo pessoas próximas. “Sim, normalmente é porque estamos angustiados, por isso publicamos conteúdos para nos sentirmos aliviados”, afirmou um dos estudantes da Faculdade de Ciências Sociais e Políticas participante na DGF.

Os estudantes adotam a cultura digital ao incorporar questões da PTVS em atividades organizacionais, como as realizadas pelo Centro de Informação e Aconselhamento Juvenil (PIK-R) e pela Associação de Estudantes. Além disso, integram conteúdos pedagógicos sobre violência sexual em campanhas divulgadas nas plataformas digitais dos média das suas organizações.

5.2. CULTURA DIGITAL: A CAPACIDADE DE REFLEXÃO E COMPREENSÃO

A cultura digital abrange a capacidade de refletir sobre questões sociais e de compreender as suas implicações em diferentes contextos. Inclui, também, a capacidade de identificar casos de violência sexual. Duas docentes que participaram na DGF — uma da Faculdade de Ciências Médicas e outra da Faculdade de Ciências Sociais e Políticas — destacaram que uma competência essencial para identificar se uma ação se configura como “violência sexual” é compreender o contexto, a dinâmica de poder e os padrões de interação entre homens e mulheres.

Os abusos verbais ou não verbais em ambientes dominados por homens ensinam-nos certos padrões. Saber quando interromper ou redirecionar as conversas é crucial. Tenho de saber quando me afastar de indivíduos

suspeitos, quando devo orientar a conversa para outra direção e assim por diante. Nestes ambientes, não se pode generalizar e evitar imediatamente. (DGF, 17 de agosto de 2023)

Esta compreensão subtil destaca a importância da consciência situacional na abordagem da violência sexual. As relações de poder, especialmente em ambientes profissionais ou académicos, influenciam a forma como os indivíduos percebem e reagem a comportamentos inadequados. Por exemplo, os docentes mencionaram os desafios de distinguir entre piadas e assédio, sublinhando que a intenção e o contexto determinam frequentemente a interpretação dessas interações. Outra docente observou:

temos de compreender o contexto e o interlocutor. As expressões [incluindo as que podem ser consideradas piadas] dirigidas à vítima, mas não aceites pela mesma, são classificadas como violência sexual. Se o interlocutor partilhar a mesma perspetiva, compreenderá o contexto dos enunciados [entendendo que se trata de uma piada]. No entanto, as dinâmicas de poder nas conversas privadas e nas discussões públicas são distintas. Podemos redirecionar a conversa quando esta nos deixa desconfortáveis. (DGF, 17 de agosto de 2023)

A extensa cobertura mediática, os casos anteriores e a ampla divulgação do *Permendikbudristek* n.º 30 de 2021 relativo à PTVS sensibilizaram os informantes para os casos de violência sexual. Ações que anteriormente eram consideradas normais ou meras brincadeiras, sem contacto físico, e que não eram vistas como formas de violência, são agora reconhecidas como tendo o potencial de evoluir para violência sexual. Um docente, com cerca de 35 anos, partilhou uma mudança na sua perceção de violência sexual:

no passado, o conceito de violência sexual limitava-se à violação e estava relacionado com qualquer forma de contacto físico. Agora, aprendi com as redes sociais que até o assédio é considerado uma forma de assédio. É realmente complexo. A literacia digital nas redes sociais é fundamental, e a leitura do módulo Eldiru [e-Learning da Universidade Geral Soedirman] aumentou os meus conhecimentos. Agora, temos de ser mais cuidadosos nas nossas interações com alunos e alunas quando damos explicações, com colegas ou quando estamos em salas vazias. (DGF, 17 de agosto de 2023)

Esta mudança na compreensão dos casos de violência sexual foi igualmente evidenciada por um docente sénior da Faculdade de Biologia, que partilhou a seguinte reflexão:

agora, é preciso ter mais cuidado, pois o que antes era considerado comum ou apenas uma piada, agora é interpretado de forma diferente. Pode, de facto, acontecer. Também compreendo melhor que qualquer pessoa pode ser tanto agressor como vítima, seja ela conhecida ou desconhecida. (DGF, 17 de agosto de 2023)

A importância de uma compreensão partilhada das diferentes formas de violência sexual foi também destacada por uma informante do grupo de pessoal não docente que é também coordenadora dos Assuntos Académicos, com as seguintes palavras:

somos criaturas de hábitos. Só há 1–2 anos fomos expostos ao conceito de violência sexual. Por isso, é necessário divulgar este conceito para garantir que estamos em sintonia. Por exemplo, sou próxima do Heri e o toque físico, sem qualquer intenção sexual, é normal para nós, mas os outros podem ter uma perceção diferente. É por isso que os limites devem ser claros. (DGF, 17 de agosto de 2023)

Ao refletir ou avaliar um caso de violência sexual, os informantes não só procuram compreender o contexto e os padrões sociais, como também verificam a informação através de outras fontes. Essas fontes são bastante variadas. Alguns informantes mencionam consultar sistematicamente as referências regulamentares relacionadas com o caso em questão, enquanto outros recorrem a plataformas de redes sociais, como o TikTok e outros média, para confirmar a veracidade das informações que receberam.

5.3. SEGURANÇA E ÉTICA DIGITAL: A CAPACIDADE DE COLABORAR

Uma competência essencial de literacia digital entre os utilizadores de média digitais no contexto da PTVS é a sua capacidade de colaborar. Nesta perspetiva, colaboração refere-se à aptidão dos utilizadores de média digitais para se organizarem e coordenarem com outros na resolução de desafios. Uma colaboração eficaz envolve a coordenação de ações coletivas, a verificação de informações e a promoção de uma compreensão partilhada sobre segurança e ética digitais. Estas competências são fundamentais para fomentar sinergias entre as partes interessadas. Através da colaboração, os informantes conseguem cruzar as informações recebidas com as de outros. Além disso, para se envolverem de forma eficaz neste processo colaborativo, é indispensável que possuam literacia em ética digital.

Contudo, os resultados mostram que os docentes e o pessoal não docente enfrentam barreiras significativas à ação colaborativa. Vários participantes nas DGF relataram que, quando confrontados com problemas ou informações relacionadas com a violência sexual, ou quando ouvem declarações feitas por outros docentes, especialmente seniores, sobre o tema, optam frequentemente por permanecer em silêncio ou fazer comentários indiretos através de humor. O desconforto foi apontado como a principal razão para esta abordagem. Repreender diretamente os outros, seja individualmente ou em grupo, é considerado inapropriado, particularmente em questões sensíveis como a violência sexual. Um docente exemplificou esta dinâmica: “em vez de fazer uma repreensão direta, usamos o humor, dizendo coisas como: ‘tenha cuidado; agora há uma força de intervenção’. Parece ser uma abordagem mais segura” (DGF, 17 de agosto de 2023).

Alguns dos estudantes informantes relataram terem colaborado ao integrar o contexto da PTVS nas atividades das suas organizações estudantis. Estas organizações incluem a Associação de Estudantes de Comunicação (HIMAKOM) e o PIK-R, cada uma com as suas campanhas específicas.

A HIMAKOM tem uma divisão externa que planeia disseminar informações relacionadas com a violência sexual. A HIMAKOM incentiva os seus membros a respeitar regras como o recolher obrigatório e a conduzir atividades seguindo os PON [procedimentos operativos normalizados] aplicáveis. As ações preventivas que tomamos incluem campanhas e a visualização de vídeos sobre violência sexual, designadamente um vídeo de 3 minutos ou textos informativos que surgem no ecrã. (DGF, 17 de agosto de 2023)

Fui nomeado Embaixador do PIK-R em 2022. Os conteúdos que desenvolvemos para as sessões itinerantes de formação sobre a prevenção da violência sexual geralmente incluem materiais sobre o tratamento de casos de violência sexual, os procedimentos de denúncia e a disponibilização de mediadores ou psicólogos. Também fornecemos orientações sobre as ações necessárias e aquelas que devem ser evitadas se formos vítimas. (DGF, 17 de agosto de 2023)

Com base nestes dados, é possível depreender que os docentes e o pessoal não docente têm mais dificuldades em implementar a ética digital do que os estudantes. A tendência para evitar repreensões diretas contribui para uma cultura de normalização e permissividade em relação a casos de violência sexual entre os grupos dos docentes e do pessoal não docente. Em contraste, os estudantes demonstram maior assertividade ao expressar a sua posição sobre questões éticas relacionadas com a violência sexual em contextos digitais. A segurança digital, particularmente no que diz respeito à proteção da identidade e à preservação da carreira, surge como um fator determinante para a maior cautela demonstrada pelos docentes e pelo pessoal não docente ao manifestar a sua rejeição à violência sexual no ambiente académico.

Embora os docentes e o pessoal não docente enfrentem inúmeros desafios na aplicação da ética e na promoção de um ambiente colaborativo que fomente o apoio à PTVS, um dos informantes, integrante do grupo de trabalho da PTVS, reconheceu a relevância crítica da colaboração neste contexto. Salientou que a PTVS não pode ser abordada de forma isolada.

É verdade, o grupo de trabalho não consegue resolver tudo sozinho. Pessoalmente, acredito que, em qualquer situação, é fundamental contar com grupos de interesse e de pressão. A dada altura, o grupo de trabalho vai precisar de ajuda; por isso, é preciso haver voluntários capazes de prestar apoio adicional. Na Faculdade de Direito, por exemplo, ainda não existe uma equipa de voluntários, enquanto a FISIP [Faculdade de Ciências Sociais e Políticas] já conta com uma. A FIKES [Faculdade de Ciências Médicas], a MIPA [Faculdade de Matemática e Ciências Naturais] e a FIB [Faculdade de Humanidades], também deveriam estabelecer equipas de resposta. Além disso, os conselheiros das organizações estudantis, incluindo o BEM [Conselho Executivo Estudantil], precisam de estar mais atentos e envolvidos. (DGF, 17 de agosto de 2023)

Esta percepção realça a necessidade de uma abordagem coordenada para gerir a questão complexa e multifacetada da violência sexual no campus.

6. DISCUSSÃO

Os resultados indicam que os esforços na PTVS no ensino superior não podem depender de um único aspeto, como o nível de literacia digital. São múltiplos os fatores envolvidos na implementação da literacia digital como estratégia para abordar a PTVS.

O facto de as competências digitais dos docentes e do pessoal não docente serem inferiores às dos estudantes corrobora os resultados do índice de literacia digital da Indonésia, realizado pelo Ministério da Comunicação e Informação. O inquérito revelou que 66,8% da Geração Z possui elevadas competências digitais, em comparação com 57,6% da Geração Y, enquanto apenas 38% da Geração X demonstra competências digitais elevadas (Katadata Insight Center & KOMINFO, 2021). No presente estudo, os docentes e o pessoal não docente pertencem predominantemente à Geração Y e à Geração X, com idades entre os 23 e os 55 anos. Quando comparados com os resultados deste estudo, verifica-se que as diferenças etárias também influenciam os comportamentos nos média digitais, incluindo na pesquisa de informações sobre a PTVS.

Um estudo realizado no Reino Unido destacou as diferenças geracionais em termos de competência digital, mas também contestou a ideia de nativos digitais com base exclusivamente na idade. O estudo argumentou que fatores como a área de trabalho, a experiência, a educação e o género são igualmente fundamentais para determinar se uma pessoa pode ser considerada nativa digital. Especificamente, sugeriu que gerações mais velhas, especialmente aquelas envolvidas no domínio da educação, também podem ser consideradas nativas digitais (Helsper & Eynon, 2010). Por conseguinte, embora os resultados deste estudo indiquem que os docentes e o pessoal não docente possuem competências digitais inferiores às dos estudantes, no que diz respeito ao acesso e à produção de conteúdos sobre a PTVS, a principal causa pode não ser apenas a falta de proficiência digital. Outros fatores, como aspetos culturais, políticas institucionais e restrições de tempo devido às responsabilidades profissionais, podem também ter um papel relevante. Os docentes e o pessoal não docente priorizam frequentemente as suas tarefas principais, deixando de lado o contacto com os média digitais para pesquisar informações sobre a PTVS. Uma cultura que normaliza o humor sexista e trivializa a violência sexual contribui para uma diminuição da sensibilidade entre os indivíduos. Estudos anteriores sobre o conteúdo do humor sexista em programas de entretenimento indicaram que os autores desse tipo de humor frequentemente não têm consciência de que as suas ações configuram violência (Perwita et al., 2023). O conteúdo sexista é, muitas vezes, considerado uma estratégia para tornar as mensagens de comunicação, como os anúncios, mais impactantes (Pereira et al., 2013). No âmbito deste estudo, os informantes concordaram com a importância de aplicar uma ética segura nos média digitais para prevenir a violência sexual. No entanto, em certas situações, a cortesia impediu os informantes de repreender diretamente os perpetradores ou de discutir questões relacionadas com a violência sexual em fóruns, ou grupos de conversação online. Os docentes e o pessoal não docente que optam por permanecer em silêncio ao testemunharem incidentes de

violência sexual acabam por normalizar esse comportamento de forma permissiva. A falta de proatividade dos líderes na abordagem desta questão não é uma característica exclusiva deste estudo. Uma revisão sistemática da literatura sobre violência sexual no ensino superior apontou padrões semelhantes (Bondestam & Lundqvist, 2020).

Além das questões culturais de silêncio e permissividade entre os docentes e o pessoal não docente relativamente à violência sexual, os constrangimentos estruturais também influenciam significativamente a sua atitude no que diz respeito ao envolvimento na PTVS. O papel e a posição de uma pessoa na comunidade determinam as suas atitudes e percepções sobre a violência sexual (McMahon & Banyard, 2012). As dinâmicas de poder que colocam os docentes e o pessoal não docente acima dos estudantes contribuem para abordagens e percepções distintas da violência sexual no ensino superior. Os docentes e o pessoal não docente tendem a ver os média digitais sobretudo como uma ferramenta de apoio às suas atividades profissionais, não considerando geralmente o envolvimento na PTVS como parte das suas responsabilidades. Por outro lado, os estudantes, devido à sua posição subordinada, tendem a ser mais vulneráveis à violência sexual, facto que favorece uma maior sensibilização e interesse na procura de informação e na produção de conteúdos relacionados com a PTVS nas plataformas digitais que utilizam regularmente. As redes sociais e os média digitais oferecem aos estudantes mais oportunidades de observar e estabelecer a sua presença no ambiente do campus (Marwick & Boyd, 2011).

O envolvimento limitado dos docentes e do pessoal não docente em ações concretas de apoio à PTVS pode também decorrer da falta de oportunidades de colaboração entre docentes, pessoal não docente e entre estes dois grupos. Em contrapartida, os estudantes têm à sua disposição um leque mais alargado de possibilidades para se envolverem em atividades colaborativas através de programas extracurriculares, unidades de atividades estudantis e associações de estudantes nos respetivos cursos. A importância da colaboração é clara no sucesso de inúmeros movimentos sociais em todo o mundo, como o movimento #MeToo (Kaufman et al., 2021).

Embora devam ser considerados muitos fatores que apresentam desafios significativos, a literacia digital continua a ser uma ferramenta estratégica crucial na abordagem da PTVS em contexto académico (Puchner et al., 2022). Contudo, é fundamental reconhecer que os esforços para a PTVS nos campi exigem um compromisso sólido e o envolvimento ativo de todos os membros da comunidade académica, sem exceção. A comunicação e a socialização através de diversos meios, incluindo iniciativas para aumentar a literacia digital, serão ineficazes sem o compromisso conjunto, a atenção dedicada e a colaboração de todos os intervenientes envolvidos.

7. CONCLUSÕES

Os docentes e o pessoal não docente apresentam níveis de literacia digital inferiores aos dos estudantes. As características dos nativos digitais e as competências digitais adquiridas pelos estudantes tornam-nos mais aptos a aceder, compreender, avaliar e produzir informação sobre violência sexual.

A PTVS não pode ser alcançada apenas através da disseminação de informação sobre a PTVS nos média digitais; deve ser acompanhada por um aumento na literacia

digital. Esta melhoria deve focar-se não apenas no aprimoramento das competências técnicas, mas também na consolidação da ética e da cultura digital.

O presente estudo oferece uma perspetiva pertinente sobre a interseção entre a literacia digital e a prevenção da violência baseada no género, especialmente no contexto académico. Salaria a importância de integrar estruturas de comunicação com ferramentas digitais, conferindo aos indivíduos a capacidade de identificar, denunciar e prevenir a violência sexual. Metodologicamente, os resultados demonstram que o método de investigação utilizado é eficaz para explorar e descrever de forma abrangente o fenómeno em análise. Assim, esta abordagem metodológica pode servir de modelo para estudos semelhantes.

Além disso, contribui para este domínio ao destacar o papel das redes sociais e dos média digitais na formação das perceções sobre violência sexual e na sensibilização. Sublinha o potencial da literacia digital para transformar atitudes culturais, dotando os indivíduos das competências críticas necessárias para avaliar e desafiar formas normalizadas de violência baseada no género. Estas conclusões oferecem uma base sólida para futuras investigações sobre a relação entre a literacia digital e as atitudes da sociedade em questões relacionadas com o género.

Tradução: Anabela Delgado

AGRADECIMENTOS

Este artigo é o resultado de uma investigação realizada ao abrigo do Decreto do Reitor n.º 1218/UN23/PT.01.02/2023 e do Acordo/Contrato n.º 27.146/UN23.37/PT.01.03/II/2023. Gostaríamos de expressar a nossa gratidão ao Instituto de Investigação e Serviço Comunitário da Universitas Jenderal Soedirman pelo financiamento desta investigação através do esquema de Bolsas de Investigação 2023.

REFERÊNCIAS

- Aguilar, S. J., & Baek, C. (2020). Sexual harassment in academe is underreported, especially by students in the life and physical sciences. *PLoS ONE*, 15(3), 1–18. <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0230312>
- Arikunto, S. (1993). *Prosedur penelitian suatu pendekatan praktek*. Rineka Cipta.
- Anbarini, R., Alim Priyatna, A., Nursalsabillah, A., & Kunci, K. (2023). The mass media news framing analysis of polemic of regulations on prevention and handling sexual violence in higher education. *Journal Umpo*, 11(1), 173–196. <https://doi.org/10.24269/ars.v11i1.5069>
- Association of American Universities. (2019). *Campus climate survey on sexual assault and misconduct*. <https://www.aau.edu/key-issues/campus-climate-and-safety>
- Battisti, M., Kauppinen, I., & Rude, B. (2024). Breaking the silence: The effects of online social movements on gender-based violence. *European Journal of Political Economy*, 85, 1–18. <https://doi.org/10.1016/j.ejpoleco.2024.102598>
- Bondestam, F., & Lundqvist, M. (2020). Sexual harassment in higher education—A systematic review. *European Journal of Higher Education*, 10(4), 397–419. <https://doi.org/10.1080/21568235.2020.1729833>

- Canadian Federation of Students. (2015). *Sexual violence on campus: A guide for students in Canada*. <https://cfsontario.ca/wp-content/uploads/2017/07/Factsheet-SexualAssault.pdf>
- Cantalupo, N. C., & Kidder, W. C. (2018). A systematic look at a serial problem: Sexual harassment of students by university faculty. *Utah Law Review*, 2018(3), 671–786.
- Cordell, R. M. (2013). Information literacy and digital literacy : Competing or complementary? *Communications in Information Literacy*, 7(2), 177–183. <https://doi.org/10.15760/comminfolit.2013.7.2.150>
- Daigle, L. E., Fisher, B. S., & Cullen, F. T. (2008). The violent and sexual victimization of college women: Is repeat victimization a problem? *Journal of Interpersonal Violence*, 23(9), 1296–1313. <https://doi.org/10.1177/0886260508314293>
- Erika, D. (2019). Literasi digital perempuan pada organisasi persatuan istri prajurit (Persiti). *Interaksi: Jurnal Ilmu Komunikasi*, 8(2), 36–45. <https://doi.org/10.14710/interaksi.8.2.36-45>
- Faturani, R. (2022). Kekerasan Seksual di Lingkungan Perguruan Tinggi. *Jurnal Ilmiah Wahana Pendidikan*, 8(15), 480–486. <https://doi.org/10.5281/zenodo.7052155>
- Fitri, A., Haekal, M., & Meliya Sari, F. (2021). Sexual violence in Indonesian university: On students' critical consciousness and agency. *Gender Equality: International Journal of Child and Gender Studies*, 7(2), 153–167.
- Grummert, S., & Rall, R. (2021). Looking beyond the toxic triangle: Connecting sexual abuse to failed governance. *Journal of Higher Education Athletics & Innovation*, 1(8), 34–54. <https://doi.org/10.15763/issn.2376-5267.2020.1.8.34-54>
- Helsper, E. J., & Eynon, R. (2010). Digital natives: Where is the evidence? *British Educational Research Journal*, 36(3), 503–520. <https://doi.org/10.1080/01411920902989227>
- Hobbs, R., & Jensen, A. (2009). The past, present, and future of media literacy education. *Journal of Media Literacy Education*, 1(1), 1–11. <https://doi.org/10.23860/jmle-1-1-1>
- Inspektorat Jenderal Kementerian Pendidikan Kebudayaan Riset dan Teknologi. (2021). *Mendikbudristek: Ada darurat kekerasan seksual di lingkungan perguruan tinggi!* <https://itjen.kemdikbud.go.id/web/mendikbudristek-ada-darurat-kekerasan-seksual-di-lingkungan-perguruan-tinggi/>
- Katadata Insigh Center & KOMINFO. (2021). *Status literasi digital di Indonesia ringkasan eksekutif*. https://cdn1.katadata.co.id/media/kic/kominfo/Status%20Literasi%20Digital_Nasional.pdf
- Kaufman, M. R., Dey, D., Crainiceanu, C., & Dredze, M. (2021). #MeToo and Google inquiries Into sexual violence: A hashtag campaign can sustain information seeking. *Journal of Interpersonal Violence*, 36(19–20), 9857–9867. <https://doi.org/10.1177/0886260519868197>
- Komisi Nasional Anti Kekerasan Terhadap Perempuan. (2021). *6 elemen kunci RUU penghapusan kekerasan seksual - Kenali dan pahami*. <https://komnasperempuan.go.id/download-file/543>
- Komnras Perempuan. (2020). *Jadikan lingkungan pendidikan sebagai ruang bebas dari kekerasan: Urgensi pencegahan, penanganan dan pemulihan korban kekerasan seksual di lingkungan pendidikan*. Komisi Nasional Perempuan. <https://komnasperempuan.go.id/siaran-pers-detail/siaran-pers-komisi-nasional-anti-kekerasan-terhadap-perempuan-jadikan-lingkungan-pendidikan-sebagai-ruang-bebas-dari-kekerasan-27-oktober-2020>
- Kutner, L., & Armstrong, A. (2012). Rethinking information literacy in a globalized world. *Communications in Information Literacy*, 6(1), 24–33. <https://doi.org/10.15760/comminfolit.2012.6.1.115>
- Marwick, A. E., & Boyd, D. (2011). To see and be seen: Celebrity practice on Twitter. *Convergence*, 17(2), 139–158. <https://doi.org/10.1177/1354856510394539>

- McMahon, S., & Banyard, V. L. (2012). When can I help? A conceptual framework for the prevention of sexual violence through bystander intervention. *Trauma, Violence, & Abuse*, 13(1), 3–14. <https://doi.org/10.1177/1524838011426015>
- Miles, M. B., Huberman, A. M., & Saldana, J. (2014). *Qualitative data analysis. A methods sourcebook*. SAGE.
- Moorhouse, E., & Brooks, H. (2020). Critical media literacy approaches to violence prevention: A research note. *Journal of Media Literacy Education*, 12(1), 84–99. <https://doi.org/10.23860/JMLE-2020-12-1-7>
- Olaitan, Z. M. (2024). Using digital technology to address gender-based violence in South Africa. In T. A. Ojo & B. Ndzendze (Eds.), *African women in the fourth industrial revolution* (pp. 226–240). Routledge. <https://doi.org/10.4324/9781003517443>
- Pereira, F. C., Verissimo, J., Diaz, A. C., & Correia, R. (2013). Gender stereotyping, sex and violence in Portuguese and Spanish advertisement. *Comunicação e Sociedade*, 23, 274–292. [https://doi.org/10.17231/comsoc.23\(2013\).1626](https://doi.org/10.17231/comsoc.23(2013).1626)
- Perwita, A. I., Nuryanti, & Setiansah, M. (2023). Interpretasi khalayak terhadap humor seksis dalam tayangan komedi Lapor Pak. *Jurnal Ilmu Komunikasi*, 20(2), 185–206. <https://doi.org/10.24002/jik.v20i2.5882>
- Puchner, L., Markowitz, L., & Hedley, M. (2022). Critical media literacy and gender: Teaching middle school students about gender stereotypes and occupations. *Journal of Media Literacy Education*, 7(2), 23–34. <https://doi.org/10.23860/jmle-7-2-3>
- Saldana, J. (2011). *Fundamentals of qualitative research*. Oxford University Press.
- Setiansah, M., Novianti, W., & Sutikna, N. (2021). Teacher challenges in developing digital literacy in schools during the pandemic era. In R. R. Diana (Ed.), *The 3rd Annual International Conference on Social Science and Humanities (AICOSH) 2021* (pp. 75–80). UIN Sunan Kalijaga.
- Simões, R. B., Amaral, I., Santos, S., & Alcantara, J. (2022). Online violence against women: Reports from the COVID-19 pandemic experience. *Comunicação e Sociedade*, 42, 179–203. [https://doi.org/10.17231/COMSOC.42\(2022\).3981](https://doi.org/10.17231/COMSOC.42(2022).3981)
- Sivertsen, B., Nielsen, M. B., Madsen, I. E. H., Knapstad, M., Lønning, K. J., & Hysing, M. (2019). Sexual harassment and assault among university students in Norway: A cross-sectional prevalence study. *BMJ Open*, 9(6), 1–10. <https://doi.org/10.1136/bmjopen-2018-026993>
- Suwana, F., & Lily. (2017). Empowering Indonesian women through building digital media literacy. *Kasetsart Journal of Social Sciences*, 38(3), 212–217. <https://doi.org/10.1016/j.kjss.2016.10.004>
- Swedish Council for Higher Education. (2020). *Efforts to prevent sexual harassment in academia*. https://www.uhr.se/globalassets/_uhr.se/publikationer/2020/uhr-efforts-to-prevent-sexual-harassment-in-academia.pdf
- Tinmaz, H., Lee, Y. T., Fanea-Ivanovici, M., & Baber, H. (2022). A systematic review on digital literacy. *Smart Learning Environments*, 9(1), 1–18. <https://doi.org/10.1186/s40561-022-00204-y>
- U.S. Department of Education. (2020). *Title IX and sexual violence in education settings*. https://www2.ed.gov/about/offices/list/ocr/docs/tix_dis.html
- Universities Australia. (2016). *Respect. Now. Always*. <https://www.universitiesaustralia.edu.au/project/respect-now-always/>
- Universities UK. (2016). *Changing the culture: Report of the Universities UK taskforce examining violence against women, harassment and hate crime affecting university students*. <https://www.universitiesuk.ac.uk/sites/default/files/field/downloads/2021-07/changing-the-culture.pdf>
- World Health Organization. (2024a, 9 de janeiro). *Global status report on violence prevention 2024*. <https://www.who.int/publications/i/item/9789241564793>

- World Health Organization. (2024b, 25 de março). *Violence against women*. <https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/violence-against-women>
- Young, S. L., & Wiley, K. K. (2021). Erased: Why faculty sexual misconduct is prevalent and how we could prevent it. *Journal of Public Affairs Education*, 27(3), 276–300. <https://doi.org/10.1080/15236803.2021.1877983>
- Yuniar, A. D., Azahra, A. N., Qonitalillah, A., & Anggaunitakiranantika. (2022). Literacy of sexual harassment and abuse toward adolescent protection behavior. *Muwazah Jurnal Kajian Gender*, 14(21), 81–102. <https://doi.org/10.28918/muwazah.v14i1.4811>
- Zarkasi, I. R., Karolina, C. M., & Rizqullah, M. S. (2023). The #permendikbud30 controversy over the prevention and handling of sexual violence in higher education on social media. *Komunikasi Ikatan Sarjana Komunikasi Indonesia*, 8(1), 29–38. <https://doi.org/10.25008/jkiski.v8i1.788>

NOTAS BIOGRÁFICAS

Mite Setiansah é docente na Faculdade de Ciências Sociais e Políticas da Universitas Jenderal Soedirman, especializada em literacia mediática, estudos de género e de comunicação. É licenciada em Ciências da Comunicação pela Universitas Gadjah Mada, mestre em Ciências da Comunicação pela Universitas Sebelas Maret e doutora em Estudos Culturais e dos Média pela Universitas Gadjah Mada. Desde 2013, tem realizado extensa investigação e serviço comunitário, centrando-se principalmente na literacia mediática, nos estudos mediáticos e culturais, bem como nos estudos de género e de comunicação. É autora de vários artigos relacionados com a literacia digital publicados em revistas nacionais e internacionais.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7623-5581>

Email: mite.setiansah@unsoed.ac.id

Morada: Kampus Street, Number 1, 53121, Purwokerto, Indonesia

Nuryanti é uma investigadora cujo principal interesse é a interseção entre a comunicação, desenvolvimento e capacitação da comunidade. A sua formação académica inclui uma licenciatura e um mestrado em Ciências da Comunicação pela Universidade Gadjah Mada, seguidos de um programa de doutoramento em Extensão e Comunicação para o Desenvolvimento pela mesma instituição. Ao longo da sua carreira, Nuryanti contribuiu amplamente para a sua área, publicando numerosos artigos em revistas nacionais e internacionais.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7233-7628>

Email: nuryanti1510@unsoed.ac.id

Morada: Kampus Street, Number 1, 53121, Purwokerto, Indonesia

Edi Santoso é docente no Departamento de Ciências da Comunicação da Universidade Jenderal Soedirman, com especialização em jornalismo e literacia mediática. Com base na sua experiência como jornalista, Edi contribui ativamente com artigos para vários média nacionais, capítulos de livros e revistas científicas, tanto nacionais como internacionais. O seu trabalho centra-se principalmente nos temas do jornalismo e da localidade.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8178-5740>

Email: edi.santoso@unsoed.ac.id

Morada: Kampus Street, Number 1, 53121, Purwokerto, Indonesia

Tri Wuryaningsih é docente no programa de Sociologia, com especialização em questões relacionadas com mulheres, género e crianças. É também uma ativista comprometida na luta contra a violência sexual e na promoção da igualdade de género. Tri concluiu o seu doutoramento em Sociologia na Universidade Gadjah Mada, onde desenvolveu uma dissertação focada nas crianças em conflito com a lei.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5746-7483>

Email: tri.wuryaningsih@unsoed.ac.id

Morada: Kampus Street, Number 1, 53121, Purwokerto, Indonesia

Submetido: 03/04/2024 | Aceite: 18/12/2024



Este trabalho encontra-se publicado com a Licença Internacional Creative Commons Atribuição 4.0.